

Autorização concedida a Biblioteca Central da Universidade de Brasília pelos organizadores do livro **Narrativas Geografias e Cartografias: para viver, é preciso espaço e tempo** e pelo autor do capítulo para disponibilizar o capítulo **Territórios Invisíveis do Brasil Africano: cartografias & tensões sócio-espaciais nos terreiros religiosos**, sob licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

#### REFERÊNCIA

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territórios Invisíveis do Brasil Africano: cartografias & tensões sócio-espaciais nos terreiros religiosos. In: REGO, Nelson; KOZEL, Salete; AZEVEDO, Ana Francisca (org.). **Narrativas Geografias e Cartografias: para viver, é preciso espaço e tempo**. Porto Alegre: Compasso Lugar/Cultura; IGeo/UFRGS, 2020. v. 1, p. 39-64. DOI: 10.29327/519558.1-4. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/212906>. Acesso em: 06 out. 2020.

**Nelson Rego e Saete Kozel**  
Organizadores  
**Ana Francisca Azevedo**  
Colaboradora

# NARRATIVAS GEOGRAFIAS & CARTOGRAFIAS

para viver, é preciso espaço e tempo

**Volume I**

2020

**Editoras**



Territórios Invisíveis do Brasil  
Africano: Cartografias & Tensões  
Sócio-Espaciais nos Terreiros  
Religiosos

---

Rafael Sanzio Araújo dos Anjos

## Introdução

A Geografia e a Cartografia do mundo vai ser profundamente modificada ao longo dos séculos XV - XIX, sobretudo pelos novos territórios a ele incorporado, as “novas” fronteiras constituídas e impostas e, a evolução significativa das técnicas, ou seja, o horizonte geográfico das terras emersas vai ser ampliado de forma significativa pelos novos encontros de culturas, identidades e territorialidades. Neste sentido, a África e a Europa tiveram interferências marcantes no suporte e na manutenção da estruturação do mundo nos últimos cinco séculos, particularmente na formação do Novo Mundo, a América e no enriquecimento e fortalecimento da Europa moderna. O Brasil, por sua vez, apresenta um posição particular neste contexto global por ser a unidade política contemporânea que registra na sua historiografia as maiores estatísticas de importação forçada de distintos contingentes populacionais africanos ao longo dos séculos XVI a XIX. É nesta direção que preconizamos que se fazem necessário, interpretações espaciais mais apuradas dos deslocamentos dos povos africanos na diáspora África-Brasil (do passado e no presente) e os processos resultantes no território real e conflitante secularmente.

Um entendimento mais holístico da formação territorial do Brasil passa por contemplar outras perspectivas de explicação das distintas configurações espaciais e mosaicos étnicos que se sobrepuseram e se justapõem, constituindo territórios distintos de convivência com estratégias distintas, desde o seu início até o contexto atual. Esta estrutura histórica básica, se mantém justamente porque a ordem social dominante e o sistema econômico operante preconizavam e continua apostando na inferiorização dos distintos povos com os seus conhecimentos, saberes e tecnologias, para justificar o processo de dominação e controle dos territórios chamados oficiais, invisibilizando a "Geografia Real", ou seja, a manutenção da hostilidade e da inferiorização, como fundamentos básicos para manter os contextos de exploração, de inexistência espacial e de manutenção em uma "zona de conforto" institucionalizada de um seleto grupo da sociedade brasileira, “branca” e escravocrata.

Neste sentido, a compreensão das demandas e complexidades das dinâmicas da nossa sociedade e dos territórios usados são grandes e existem poucas disciplinas mais bem colocadas do que a Geografia e a Cartografia para auxiliar na representação e interpretação das inúmeras indagações do passado e desse momento histórico. A Geografia continua sendo o melhor instrumento de observação dos tipos e das formas de uso do território, ou seja, do que aconteceu, porque apresenta as marcas da historicidade espacial e do que está acontecendo, isto é, tem registrado os agentes que atuam na configuração espacial atual. Entendemos que o território usado é o resultado de um processo espacial, se caracterizando como um fato físico e social, político e econômico, categorizável e possível de dimensionamento (ANJOS, 2009).

A Geografia com foco na matriz africana que tratamos nesta oportunidade resgata um dos principais “Brasis invisíveis” secularmente, ou seja, povos e territórios que existiram e se mantêm sobreviventes, mas de uma maneira marginal, não oficial na sua plenitude. Esta “Geografia da Exclusão e do Conflito” é o que questionamos aqui e propomos outras leituras e representações do espaço geográfico, onde a complexidade conflitante da África existente-resistente no Brasil seja considerada devidamente. Os mapas temáticos, por sua vez, são as representações gráficas do mundo real e se firmam decisivamente como ferramentas eficazes nas interpretações e leituras dos territórios, possibilitando revelar a territorialidade das construções sociais e feições naturais do espaço e, justamente por isso, podem mostrar os fatos geográficos na sua plenitude. É sempre oportuno lembrar que um mapa não é o território, mas que nos produtos da Cartografia estão as melhores possibilidades de representação e leitura da história do território (ANJOS, 2007).

É importante lembrar que o conceito geográfico de diáspora tem haver com a referência de dispersão de uma população e das suas matrizes culturais e tecnológicas. Ao longo da história podemos identificar a construção de territórios pela mobilidades das migrações, tanto de forma voluntária quanto das migrações forçadas.

Na África, podemos caracterizar alguns destes grandes movimentos demográficos, a começar pela primeira diáspora, que corresponde ao processo espacial milenar de povoamento e ocupação do próprio continente e, posteriormente, para outras terras emersas do mundo. O fenômeno espacial que abordamos, nesta oportunidade está ligado aos séculos de deslocamentos, geralmente, denominado, “tráfico negreiro” para a América (Novo Mundo), fruto de longos períodos de migração forçada do continente africano, contexto propulsor do sistema escravista e base fundamental do capitalismo primitivo (ANJOS, 2014).

Neste *paper* buscamos auxiliar na ampliação dos conhecimentos sobre as matrizes territoriais étnicas dos povos que formaram e formam o Brasil, particularmente as referências geográficas oriundas da África, em temporalidades distintas e com foco no processo de exclusão sistêmica dos terreiros religiosos afrobrasileiros.

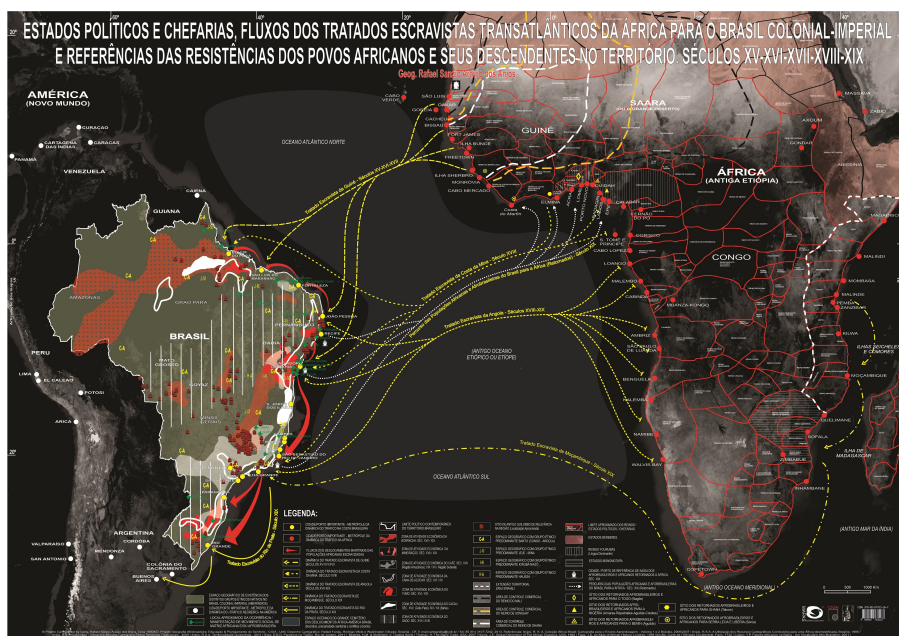
### **A geopolítica do Brasil colonial e as configurações geográficas da diáspora africana no território**

Entendemos o movimento histórico das grandes navegações como uma consequência direta do processo geográfico de dominação territorial desenvolvido, amadurecido e implementado pelo continente europeu, sobretudo na Península Ibérica. Este longo período da história dos seres humanos vai se caracterizar por uma nova fase de relações entre estes e a natureza e é neste contexto que a Geografia e a Cartografia vão se desenvolver e servir ao grande projeto de dominação justificada global. O tráfico demográfico forçado do continente africano para a América foi, durante quase quatro séculos, uma das maiores e mais rentosas atividades dos negociantes europeus, a tal ponto de se tornar impossível precisar o número de africanos retirados de seu habitat, com sua bagagem cultural, a fim de serem, injustamente, incorporados às tarefas básicas para formação de uma nova realidade. O grande triângulo dos fluxos econômicos – comerciais do século XV ao XIX envolvendo a

Europa, a África e a América tinham o grande oceano Atlântico (Norte, Centro e Sul) como grande espaço de ligação de pontos, linhas e áreas, ou seja cidades, rotas comerciais e regiões produtivas. Por seus mares navegavam as mercadorias da Europa, do Oriente, das colônias e os “navios negreiros” que saíam da rede de portos europeus e da costa e contra-costa do continente africano. É neste oceano que se encontra o grande cemitério dos séculos da diáspora África-América. O Mapa 1 mostra estas referências territoriais (pontos, linhas e zonas) no continente africano e no Brasil Colonial nos quatro séculos do tráfico e a geografia da diáspora que se estruturou e dinamizou nas margens do Atlântico, mesmo com as contradições sociais, econômicas e políticas do sistema dominante.

No Fluxo Europa-África-Europa os navios saídos dos portos escravagistas europeus levavam armas, tecidos, bebidas e outras mercadorias e dos portos africanos vinham o sal, pedras preciosas, café, açúcar, marfim, seres humanos dentre outros produtos tropicais. O Fluxo América-África-América se caracteriza prioritariamente pelos deslocamentos dos distintos grupos étnicos com suas bagagens culturais e tecnológicas para a ocupação e formação dos novos territórios coloniais e da sua costa Oriental eram exportados o tabaco (fumo de corda), aguardente (cachaça), batata, amendoim, dentre outras mercadorias. Do Fluxo América-Europa-América saíam açúcar, aguardente, cacau, tabaco, café, borracha, pedras preciosas, algodão, batata, girassol, tomate, milho, pimenta, baunilha, etc. e, para o Novo Mundo eram encaminhados cevada, gado, aveia e centeio.

Mapa 1



Toda esta dinâmica espacial entre continentes e sobretudo no Brasil, pela posição sua estratégica no Oceano Atlântico e na América escravocrata, estava permeada por conflitos territoriais. No Mapa 1 estão registrados as grandes regiões de produção econômica colonial no Brasil com evidência para as metrópoles coloniais no litoral e a distribuição dos antigos quilombos. A manutenção dessa estruturação política, econômica e territorial por quase quatro séculos no território brasileiro e a quantidade de africanos importados até 1850, não devidamente quantificada, mostra como a consolidação da sociedade escravagista conseguiu estabilizar-se e desenvolver-se mesmo com os conflitos políticos e contradições econômicas e sociais. O Mapa 2, tratando ainda da mesma temática aprofundando no Brasil, mostra graficamente de forma sintética a dinâmica territorial dos deslocamentos dos povos africanos para a Colônia ao longo de quase quatro séculos, evidenciando não somente a chegada nos portos e metrópoles, mas sobretudo o movimento de penetração africana no território.





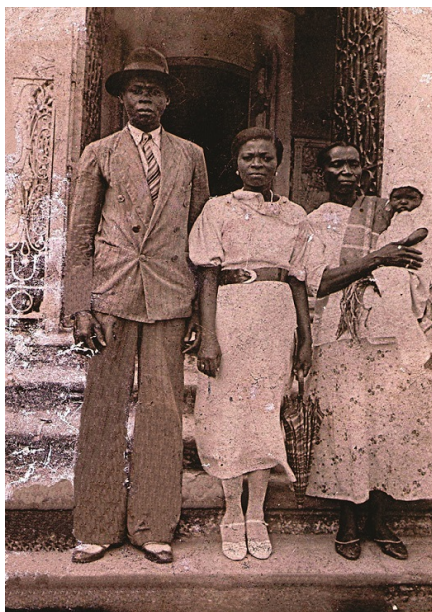
O mapa temático mostra ainda os registros quantitativos do primeiro Censo realizado em 1872 cujo dados foram básicos para evidenciar os conflitos da geopolítica da manutenção e/ou extinção do tráfico e o processo de pressão e tensão interna e externa do escravista no Brasil. A primeira metade do século XIX caracterizou-se pelos vários tratados visando abolir o tráfico negreiro, o que no Brasil só ocorreu efetivamente em 1850, ano que é promulgada a primeira Lei de Terras do Brasil e que institucionaliza que africanos e seus descendentes, assim como, os índios não poderiam ter terras no território do Império. Pelo quadro de ilegalidade e clandestinidade, os dados estatísticos dos movimentos demográficos são bem imprecisos. Por pressões geopolíticas européias esse é o período em que são desfeitas as ligações bilaterais entre os continentes africano e americano, sendo destruídas as rotas do tráfico triangular entre a América, a África e a Europa. Entretanto, o Brasil por 66 anos e os Estados Unidos por mais 90 anos, continuaram escravistas formalizados depois da independência. O processo de pulverização das distintas matrizes africanas no território colonial pelos Estados escravagistas tinha, também, como estratégia, dificultar a organização, extinguir a língua de origem e impossibilitar a continuidade das culturas, ou seja, foram criados dispositivos geopolíticos reais para que as populações oriundas da África perdessem as suas referências identitárias e, por conseguinte, houvesse uma diluição da identidade étnica africana. O Mapa 2 reconstitue graficamente ainda, as grandes direções da diáspora interna africana no Brasil, tomando como ponto de partida as grandes metrópoles coloniais. Esse é mais um fator geográfico que colabora para a falta de uma referência ancestral de origem da população brasileira de matriz africana, com interferências profundas na sua cidadania e no sentimento de pertencimento territorial. Preconizamos que todos os seres humanos podem e devem saber das suas origens de forma territorializada, ou seja, ter a resposta de como eram (matriz étnica dominante) e de onde vêm os seus antepassados.

O país sabe com clareza que, no período entre 1871 e 1920, 3.390.000 imigrantes europeus chegaram ao país, dos quais: 1.373.000 eram italianos; 901.000, portugueses e 500.000, espanhóis. Muitos europeus no Brasil vão ocupar territórios onde já estavam estabelecidas populações africanas ou de seus descendentes, como, por exemplo, a ocupação de imigrantes italianos (1880) no sítio de Sapucaí, na região do grande Quilombo do Campo Grande, na antiga Província de Minas Gerais. É importante notar que esse número se aproxima dos quase 4.000.000 africanos que foram retirados de seu habitat natural e trazidos para o Brasil oficialmente entre 1520 e 1850. Isso porque as referências espaciais, temporais e quantitativas do período clandestino do tráfico ainda estão para serem caracterizados pela historiografia brasileira. Dessa forma, um dos grandes desafios das pesquisas territoriais destinadas à diáspora africana está no silêncio das estatísticas do tráfico e na identificação da referência territorial, portanto, do lugar de origem dos grupos de africanos que entravam no Brasil. A Foto 1 do início do século XX mostra uma família com registro do povo africanos (a mulher com o Pano da Costa nos ombros) e afrobrasileiros (o casal com o seu filho pequeno) na cidade de São Salvador de Bahia, antiga Capital Colonial do Brasil, onde é possível constatar as referências europeias predominantes nas maneiras de vestir das pessoas, sobretudo os mais jovens, mas a Senhora guarda ainda algumas referências africanas como o pano tradicional usado pelas mulheres nas regiões africanas denominadas na cartografia antiga como Costa da Mina, Costa do Marfim e Costa da Guiné. É importante destacar que as populações africanas sub-saariana não foram responsáveis somente pela ocupação efetiva do território brasileiro e pela mão-de-obra, eles marcaram e marcam, de forma irreversível, a nossa formação social, tecnológica, demográfica e cultural que, ao longo desses séculos, foi preservada e recriada, mesmo com as políticas contrárias do sistema.

Historicamente vários setores da população brasileira têm sido vítimas de discriminação e preconceitos de toda a ordem. Entre os tipos de discriminação, a étnica, que atinge particularmente o contingente de ascendência africana no país, é sem dúvida a de

maior extensão social e territorial, devido à grande expressão demográfica e das suas manifestações. Lembramos mais uma vez que são “trazidos” para constituir a formação, a expansão e a ocupação efetiva do território brasileiro seres humanos: Minas, Congos, Ombundos, Bacongos, Ovibundos, Monjolos, Balundos, Jejes, Angolas, Anjicos, Lundas, Quetos, Hauças, Fulas, Ijexás, Jalofos, Mandingas, Anagôs, Fons, Ardas, dentre outros. Estes grupos étnicos, dentre outros, são os que possibilitaram o que simplesmente denominamos no Brasil como negões, negonas, afrobrasileiros, brasileiros de matriz africana, pretos ou população de ascendência africana. Por exemplo, as populações de matriz Bantu, com origem na África Central e os Iorubás, também denominados Nagôs, oriundos da África Ocidental apresentam registros e características relevantes no cotidiano do “Brasil Real” e são invisibilizados pela ocultação e desconhecimento propostal para que não nos reconheçamos junto às nossas ancestralidades sobreviventes.

Foto 1 - Anônima, Sr. Chico, sua Esposa Viscência, sua mãe e o filho Fernando. Salvador, Bahia, Anos 30 do Século XX



Fonte: Acervo Família dos Anjos.

É sistêmico que os seres humanos principais dos processos de discriminação e preconceitos étnicos no Brasil estão registradas no povo de ascendência africana, ou seja, o racismo estrutural se consolidou ao longo dos quatro séculos de sistema escravista oficial (XVI-XIX), no século XX de uma República preconceituosa e nesta primeira metade do século XXI, com um sistema político, econômico, social e educacional demarcado por ações e práticas racistas, sobretudo para os povos de matriz africana e tradicionais da floresta (índios). Os problemas se revelam já quando se quer saber qual o número real de “negros” ou da população de ancestralidade na África. É importante lembrar que a palavra “negro” tem historicamente um significado pejorativo, de algo ruim, que não é humano, mas associado a animal. Esse é um ponto de esclarecimento e correção histórica necessária e que requer uma ação política consequente, até porque, está incorporado de forma secular no pensamento social brasileiro. Se não fossem os negreiros e seus navios, comerciantes de seres humanos escravizados no continente africano, não existiria o “negro” e a “negra”, tratados como mercadoria. Daí vem a “invenção” e promoção do engano secular denominado “raça negra”.

O Brasil, conforme referência anterior, continua sendo apontado como a segunda maior nação do planeta com população de ascendência na África e, é com relação a esse povo que são computadas as estatísticas mais discriminatórias e de depreciação socioeconômica ao longo do século XX e XXI. Nos piores lugares da sociedade e do território, com algumas exceções, estão as populações afrobrasileiras. Ser descendente das referências africanas no Brasil, secularmente continua sendo um fator de risco, um desafio para manutenção da sobrevivência humana, um esforço adicional para ter visibilidade no sistema dominante e, sobretudo, colocar uma energia adicional para ser – estar inserido no território.

Primeiro, a questão demográfica do “Brasil africano” que continua sem uma resposta e representação adequada, isto porque os critérios de aferição oficiais do povo levam à subestimação do número real de cidadãos de matriz afrobrasileira que integram o

país. O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) continua agrupado os indivíduos em brancos, pretos, amarelos e pardos, considerando brancos, pretos ou amarelos os que assim se declararem e os “outros” ficam classificados como pardos. Recentemente, esta instituição inseriu o grupo dos “índios”.

O Gráfico 1 da evolução das populações preta e parda do Censo realizado em 1940 – 2010, com uma simulação para 2020 e nos mostra algumas constatações relevantes:

1. A timidez do crescimento da população preta, secularmente associada a um contingente escravizado e inferir revela como o racismo e a mentalidade colonial pesistem na sociedade brasileira;

2. O crescimento espetacular dos pardos ao longo de todas as décadas computadas. É um fenômeno! Por que será? Esta é uma importante questão que não é devidamente refletida pelo nosso povo e tem passado despercebida ao longo de algumas décadas, ou seja, a “pardarização” da população brasileira e,

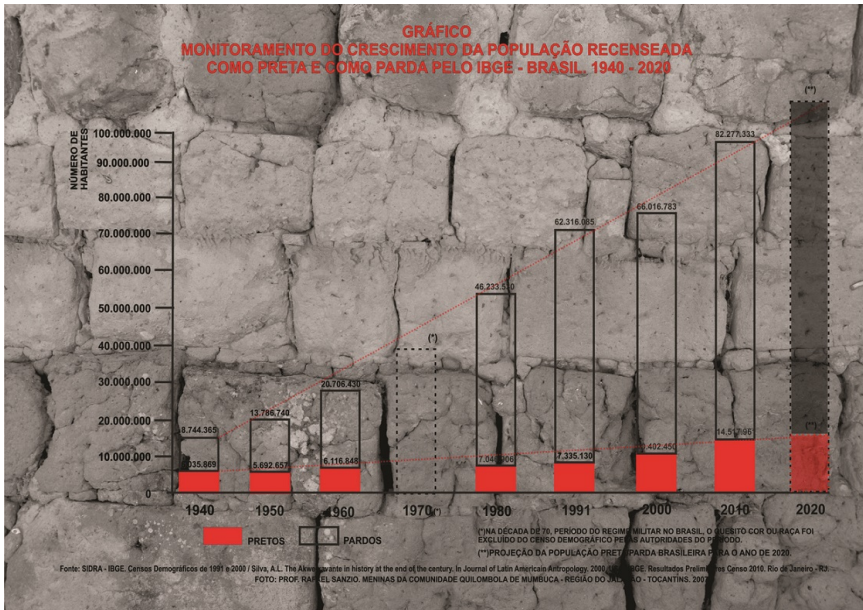
3. O tímido aumento no crescimento da população declarada preta nas últimas décadas revela os esforços realizados em nos distintos níveis da educação, pelas entidades representativas e movimentos organizados e algumas políticas públicas desse período e que atualmente já estão retiradas, como a implementação da Lei 10.639.

4. No Gráfico 1 consta ainda uma simulação a partir das estatísticas oficiais para a projeção da população afrobrasileira em 2020 (preta+parda). Se esta tendência for verificada na contagem oficial teremos em um futuro próximo uma consolidação do processo de embranquecimento do Brasil Escravocrata, desenhado pela elite e pelo Estado no século XIX e que se materializa no século XXI, como uma política de Estado e não de Governo.

Lembramos que associado ao “pardo” está a indefinição da sua identidade, do seu lugar na sociedade, da sua referência ancestral, em síntese, da sua territorialidade. São milhares de homens, mulheres, crianças e idosos que sentem internamente que não existe, ainda, um lugar definido na estrutura social do país e o processo de

“embranquecer” é uma forma de estar inserido, participando e “visto” na sociedade. Este “engano” psicológico, pelos dados divulgados é ascendente, e nos leva a uma constatação que revela uma fragilidade e indefinição das identidades no Brasil contemporâneo.

Gráfico 1



Fonte: Anjos (2018)

O Mapa Temático 3 tem um grande desafio gráfico que é revelar, numa escala continental (dimensões do nosso país) a visibilidade do conjunto das matrizes africanas existentes e territorializadas no Brasil atual. Numa estrutura social, ainda de práticas preconceituosas e racistas cotidianas em praticamente todas as dimensões do sistema vigente, este produto cartográfico mostra graficamente a grandiosidade das matrizes africanas e afrobrasileiras resistentes e sobreviventes no território (Maracatú, Capoeira, Xangô, Rio Abaixo, Tipos de Samba, quilombos contemporâneos, dentre outras), assim como a distribuição da população de

ascendência africana em praticamente todo o espaço geográfico e os movimentos diaspóricos atuais, como a globalização da capoeira, com registros significativos em todos os continentes, com poucas ocorrências na África (temos aí um paradoxo!) e os deslocamentos recentes dos povos africanos do Congo (Bacia do rio Congo) e distintos pontos do Caribe para o Brasil entrando pela Região Norte. Neste documento estão mapeadas também as terras indígenas concentradas no Norte-Noroeste do Brasil, "acuadas" devido ao processo de extermínio secular.

No item a seguir tratamos de algumas referências geográficas – cartográficas dos terreiros religiosos de matriz africana no país.





---

### **Conflitos nos territórios étnicos de matriz africana no Brasil: a dimensão espacial dos terreiros religiosos**

Dentro da “Geografia Africana Invisível no Brasil Contemporâneo”, destacamos o esquecimento proposital dos territórios religiosos. No conjunto das representações do Mapa 03 estão alguns pontos pulverizados de Terreiros de Candomblé, com ocorrência sobretudo nas regiões litorâneas de atividade econômica colonial, evidenciando. E mesmo passados quase 140 anos da sanção da Lei Áurea pelo regime imperial, a história e o sistema oficial brasileiro ainda continua associando à população de matriz africana uma imagem de “escravizados” e aos terreiros religiosos sempre como algo proibido, como se esses não tivessem permissão e nem fizessem parte da vida contemporânea do país. As ações do setor decisório, se mostram conflitantes e contraditórias. Apesar das disposições constitucionais (1988) e da obrigatoriedade de alguns organismos oficiais para resolverem as demandas dos terreiros contemporâneos, é possível constatar, de uma forma quase que estrutural, que a situação tem apresentado um tratamento caracterizado por ações episódicas e fragmentárias, fato que compromete o direcionamento de uma política definida para o equacionamento dos seus problemas fundamentais, ou seja, o seu reconhecimento dentro do sistema social brasileiro e a resolução dos problemas fundiários dos territórios ocupados.

O “modelo institucional dispersivo”, ou seja, uma fragmentação nas responsabilizações governamentais para resolução das demandas dos terreiros religiosos contemporâneos revela o enfraquecimento do movimento organizado e das ações concretas nos territórios e, sobretudo, evidencia o descompromisso governamental para com a defesa e garantia dos direitos afroreligiosos no país. Além do preconceito secular, que tem de fundo uma falta de informação básica da formação da nação, a terra assegurada, que significa ainda na mentalidade colonialista do setor decisório poder, se configura como o principal elemento de negociação e conflito na resolução das pendências. Este contexto político é o que nos possibilita entender porque tantos “espaços

religiosos de matriz africana” sem ações concretas desde os direitos constitucionais.

A Foto 2 e os Mapas 4 e 5 são representações da paisagem e da cartografia étnica do primeiro monumento tombado pelo IPHAN - MINc. (1984) no Brasil. A Casa Branca do Engenho Velho ou *Ilê Axé Iya Nassô Oká* tem nos seus registros históricos como o primeiro terreiro de candomblé em São Salvador de Bahia. Dele descendem, por exemplo o Terreiro do *Ilê Axe Opo Afonjá* no Bairro de São Gonçalo, mostrado no Mapa 5 com a sua estrutura espacial, também em Salvador na Bahia. A observação espacial desses espaços seculares sobreviventes e resistentes na dinâmica do crescimento e transformações urbanas, alguns aspectos geográficos chamam a atenção e merecem ser registrados, como por exemplo:

O padrão tipológico mais uniforme, ou seja, os tipos de habitações populares com morfologia de pouca variações (altura das edificações), revelam uma unidade socio-econômica nas comunidades, fato que minimiza o conflito na relação riqueza-pobreza (fato detectado nos dois terreiros);

1. A alta densidade espacial das construções (casas geminadas, lotes pequenos e com quase nenhuma área verde) mostra a possibilidade de correspondência no número alto de habitantes (7-8 pessoas ou mais) por habitação. Este aspecto é importante no fortalecimento da comunidade nas suas demandas estruturais. Não são espaços “frios-isolados-solitários” como nas áreas das grandes residências da classe alta;

2. Os espaços verdes que se permanecem no espaço dos terreiros mais antigos e no seu entorno, apontam para a importância dos mesmos na preservação e manutenção ambiental das áreas urbanas, sobretudo, nas periféricas, mais excluídas dos investimentos de infraestrutura na cidade;

3. Pela questão topográfica e religiosa, alguns sítios estão em uma encosta que se encontra (ou encontrava) com um elemento hidrográfico (rio, riacho, córrego, lagoa, lago, barragem, etc.). Alguns destes vales viraram avenidas e sua hidrografia foi retificada e

canalizada, ou seja, os seus cursos naturais não existem mais e nem a acessibilidade pelos terreiros, com excessão dos que conseguiram manter e resistir à pressão e desfiguração da paisagem pela urbanização. O *Axé Opo Afonjá* guarda ainda no espaço do seu terreiro uma significativa "mata" usada para suas atividades e preservação da vegetação nativa no espaço intraurbano.

Foto 2 - A. Aglibero Lima, Terreiro Casa Branca, Anos 1970.

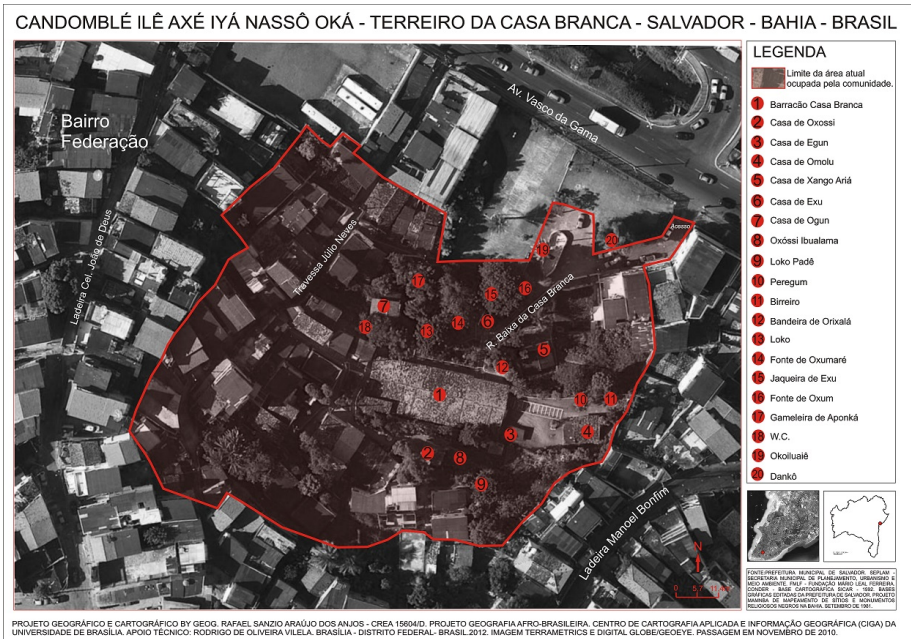


Acervo: Fundação Gregório de Mattos - PMS. IM11\_ESP\_P.104\_F1808

Preconizamos que a leitura, representação e interpretação dos espaços de matriz africana religiosos no Brasil carecem de uma prioridade política. No Distrito Federal do Brasil foi desenvolvido recentemente o **Projeto de Mapeamento dos Terreiros do DF – Cartografia Básica**, numa articulação institucional do Projeto GEOAFROBrasil, CIGA-UnB, Fundação Cultural Palmares e Finatec. A premissa básica era construir uma documentação cartográfica que respondesse três questões básicas: 1. Revelasse quantos terreiros (Umbanda e Candomblé) existem no território; 2. Qual a sua localização no espaço institucional das Regiões Administrativas (RAs) (urbano e rural) e, 3. Uma ficha técnica com dados fundamentais para a implementação de políticas públicas reparatórias. O estudo revelou algumas informações básicas, como o processo de expulsão dos terreiros do Distrito Federal para outras

regiões do país (Mapa 6) e a constatação das RAs do DF que possuem os maiores registros de Terreiros Religiosos de Matriz Africana (Gráfico 2). Estes registros espaciais têm correspondências com os maiores *lôcus* das populações afro-brasileiras; de concentração de pobreza e baixa renda; de ocorrências de violência policial sistemática; de precariedade de infraestrutura e de equipamentos urbanos.

Mapa 4



Fonte: Anjos (2012)

Mapa 5

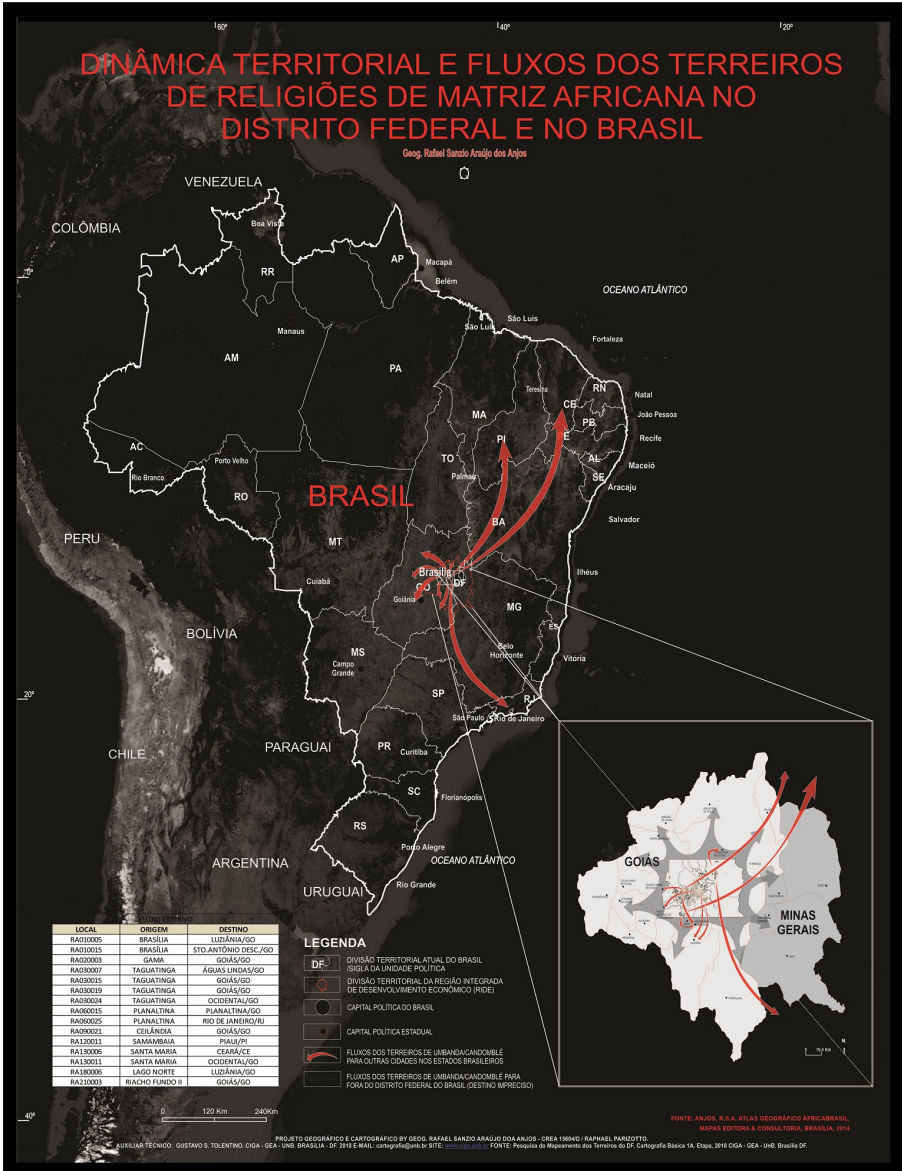


Fonte: Anjos (2012)

Existe uma pergunta básica que todos os brasileiros e brasileiras podem e/ou deveriam se fazer sobre o nosso país: O que seria o Brasil sem o conjunto amplo das matrizes africanas (tecnologias, línguas, conhecimentos e saberes, religiões, culturas, relações sociais, dentre outras dimensões), que o edificou e o edifica há cinco séculos? É relevante refletir e verificar se é possível simular como seria a nossa nação?

Entendemos que a manutenção da falta de informações e o preconceito secular são estratégias operantes para que um terreiro religioso de matriz africana não seja “visto” como um espaço de solução e sim, de problemas. Para que seguimentos da sociedade um terreiro é um incômodo? Nesta direção, como seria pensarmos num terreiro com uma perspectiva de ser mais um suporte para a escola oficial; como um posto de saúde comunitário complementar; como um restaurante étnico para potencializar a manutenção dos saberes; como um ponto para visitação turística para auxiliar na desmistificação cultural; dentre outras possibilidades.

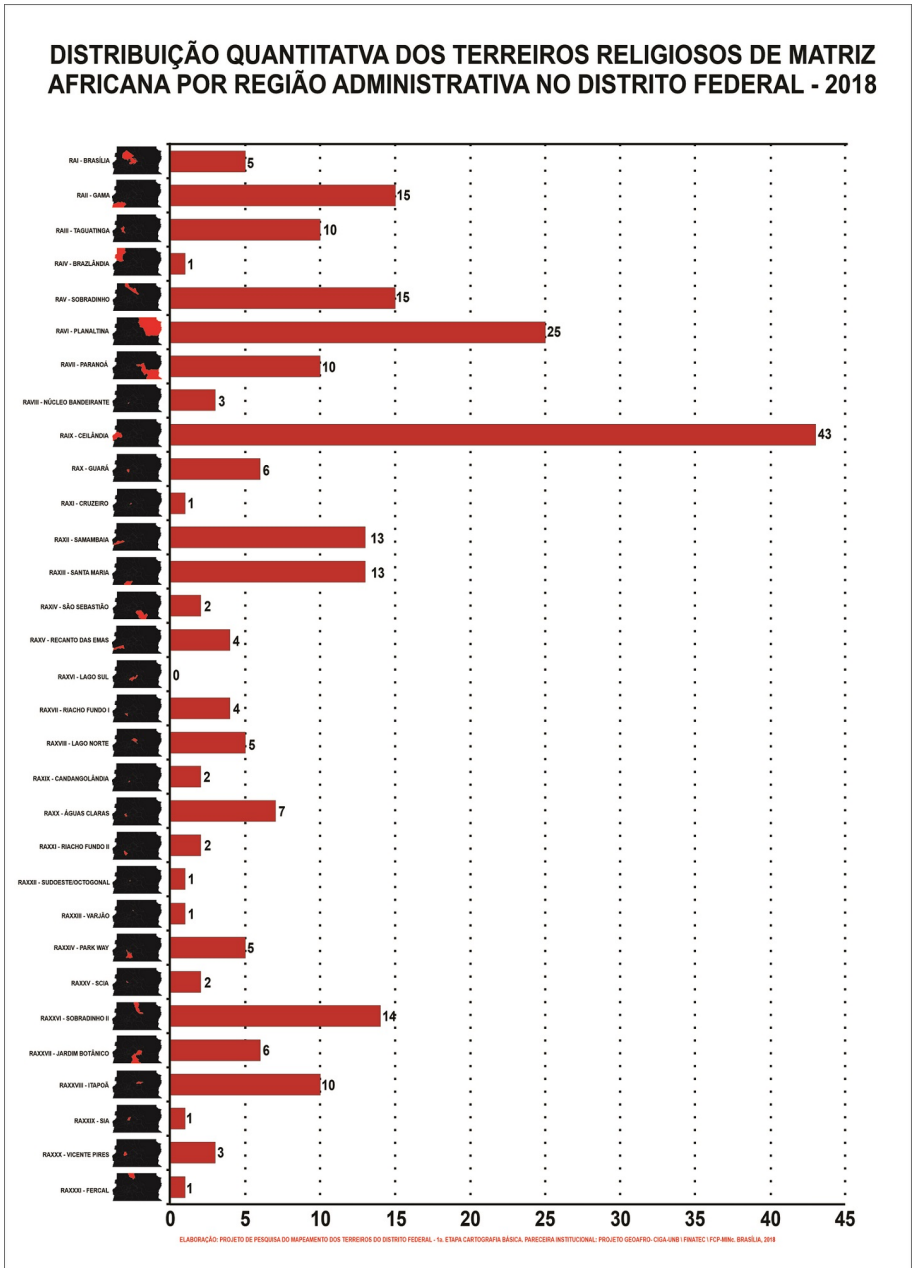
Mapa 6



Fonte: Anjos (2018)



Gráfico 2



Fonte: Anjos (2018)

No item a seguir apontamos algumas conclusões e recomendações no sentido de avançarmos das constatações territoriais.

### **Conclusões e recomendações**

Considerando-se que as construções analíticas e as especulações não se esgotaram, concluímos e recomendamos o seguinte:

- O modelo dispersivo para resolução das demandas territoriais no país, sobretudo as históricas, evidencia a resistência na manutenção dos valores e referências do “Brasil Colonial”. Uma pista para este contexto está em trazer mais “foco”, responsabilização e eficácia na resolução dos problemas geográficos e, conseqüentemente, uma possibilidade de recuperação da relevância e da representatividade da Geografia no Estado;

- A estratégia de desinformar a população brasileira no que se refere ao continente africano é um entrave para uma perspectiva real de democracia racial no país. Não podemos perder de vista que entre os principais obstáculos criados pelo sistema a inserção da população de matriz africana na sociedade brasileira, está a inferiorização desta no ensino. Esse contexto somente poderá mudar com uma política educacional mais agressiva e com o foco direcionado para desmistificar o continente africano para a população do Brasil. Este é um ponto estrutural para um processo de mudança, onde o ser humano brasileiro de ascendência africana seja, de fato, mais respeitado no sistema dominante;

- Outro ponto estrutural, ainda dirigido ao setor decisório do país, se refere à criação das condições necessárias para a realização de um censo demográfico mais realista e que retrate melhor a diversidade étnica brasileira. Este tema é complexo, porque significa mudar os métodos de aferição da população e, por conseguinte, a possibilidade de registro oficial de um “Brasil Africano” até então sem evidência;

- Os espaços de intolerância de matriz africana incomodam de maneira evidente o sistema dominante e as classes dirigentes porque deixam visível o Brasil excluído que vem sendo invisibilizado há séculos, mas continuam no espaço geográfico e na estrutura social. O Brasil aboliu o Sistema Escravista sem querer e nem buscou articular uma maneira de equilibrar as regras do Estado, pelo contrário, agiu para limitar a acessibilidades e possibilidades de inclusão (estabelecimento da Lei de Terras em 1850, sancionada por D. Pedro II). Sem um processo de reconhecimento os conflitos territoriais tendem a aumentar;

- Tomamos como premissa que as informações por si só não significam conhecimento. Entretanto, elas nos revelam que com o auxílio da ciência e da tecnologia, que temos condições de colaborar na modificação das políticas pontuais e superficiais a fim de subsidiar a adoção de medidas concretas para alteração das situações emergenciais do povo e dos territórios do “Brasil

### Referências

- ANJOS, R. S. A. “**Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem**”. Brasília: Mapas Editora & Consultoria. 2. ed. BsB - DF, 2005.
- ANJOS, R. S. A. Geografia, território étnico e quilombos. In: GOMES, N. L. (Org.). **Tempos de lutas: as ações afirmativas no contexto brasileiro**”. Brasília: MEC-Secad, 2006, p.81-103.
- ANJOS, R. S. A. & CYPRIANO, A. “**Quilombolas - tradições e cultura da resistência**”. Aori Comunicações. Petrobras, 2006. São Paulo, 240p.
- ANJOS, R. S. A. **Coleção África-Brasil: Cartografia para o ensino-aprendizagem**. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2007. v. II.
- ANJOS, R. S. A. **Quilombos: Geografia Africana-Cartografia Étnica-Territórios Tradicionais**. Mapas Editora & Consultoria, 190p. Brasília, 2009.
- ANJOS, R. S. A. **Territorialidade Quilombola: Fotos & Mapas / Quilombola Territoriality: Photos & Maps**. Mapas Editora & Consultoria. Brasília, 2011. 124p.
- ANJOS, R. S. A. **Geopolítica da Diáspora África - América - Brasil. Séculos XV, XVI, XVII, XVIII, XIX - Cartografia para Educação**. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2012.

- ANJOS, R. S. A. **Atlas Geográfico ÁFRICABRASIL**. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014. 104p.
- ANJOS, R. S. A. **O Brasil Africano – Algumas Referências dos Séculos XVI, XXI**: Cartografia para Educação. Mapas Editora & Consultoria, Brasília, 2014b.
- ANJOS, R. S. A. As geografias oficial e invisível do Brasil: algumas referências. **Revista GeoUSP**, São Paulo, v.19, n. 2, 2015.
- ANJOS, R. S. A. Territórios Quilombolas: Geografias, Cartografias & Conflitos Institucionais. **Revista Eixo - Educação, Negritude e Raça no Brasil**. Brasília - DF. 2017, p. 30-43.
- ANJOS, R. S. A. **Mapeamento dos Terreiros do Distrito Federal: 1ª Etapa** Cartografia básica. (ORG.). Projeto GEOAFRO, Instituto Baobás, CIGA-UnB. Brasília, 2018. 216p.
- CASTRO, Y. A. P. **Falares africanos na Bahia**: Um vocabulário afro-brasileiro. Academia Brasileira de Letras. Rio de Janeiro. Topbooks, 2001. 366p.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. Rio de Janeiro: IBGE - PNAD, 1996.
- IPEA. **Pesquisa Dinâmica Demográfica da População Negra**. Brasília: IPEA, 2013.
- UGEDA, L. **Direito administrativo geográfico**. Instituto Geodireito. Brasília, 2017.